
GENEALOGIA, HISTÓRIA E PSICOLOGIA: MICHEL FOUCAULT E O TRABALHO COM ARQUIVOS

THE CONTRIBUTION OF BRAZILIAN PROTECTED AREAS TO CONSERVATION ON
THE EASTERN AMAZON FRONTIER GENEALOGY, HISTORY AND PSYCHOLOGY:
MICHEL FOUCAULT AND WORKING WITH ARCHIVES

Flávia Cristina Silveira Lemos¹

<https://orcid.org/0000-0003-4951-4435>
<http://lattes.cnpq.br/8132595498104759>

Igor do Carmo Santos²

<https://orcid.org/0000-0002-6982-9971>
<http://lattes.cnpq.br/6019725285049055>

Ciro Cesar da Silva Lopes³

<https://orcid.org/0000-0002-8980-865X>
<http://lattes.cnpq.br/8612461228313085>

Shirle Rosângela Meira de Miranda⁴

<https://orcid.org/0000-0003-4396-2763>
<http://lattes.cnpq.br/3822023101788733>

RESUMO: Este artigo visa contribuir com pesquisas e trabalhos com a pesquisa documental, histórica e baseada em arquivos que são práticas, fazeres e modos de governo das condutas. Trata-se de trazer e apresentar uma analítica que possibilita a efetuação de uma perspectiva de realizar a História a favor do tempo e contra o tempo. Neste aspecto, os usos dos arquivos, especialmente, na confluência dos saberes em Psicologia com a História e a Filosofia podem abrir campos férteis de estudos ainda pouco realizados, sobretudo, na Psicologia no que tange à recepção

¹ Pós-doutorado em Psicologia-UFF. Doutorado em História Cultural-UNESP. Mestre em Psicologia Social-UNESP. Graduada em Psicologia-UNESP. Professora associada IV de Psicologia Social-UFPA. Bolsista de Produtividade de Pesquisa CNPQ-PQ2.

² Professor Adjunto do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins (UFT)/ Campus Miracema. Doutor (2023) e Mestre (2016) em Psicologia pela UFPA (2013). Título de Especialista em Psicologia Social pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) Membro do Grupo "Transversalizando no ensino, pesquisa e extensão" (UFPA). Membro da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP). Participante do GT de "Psicologia Política" da ANPEPP

³ Psicólogo graduado pela Universidade Federal do Pará (2017). Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará (2020), na linha de pesquisa: Psicanálise: teoria e clínica. Também possui graduação em Licenciatura em Música pela Universidade Federal do Pará (2009), Licenciatura em História (2023).

⁴ Graduada em Psicologia (2001) - Bacharelado e Formação de Psicólogo. Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Pará-UFPA e Mestre em Administração (2013). É Psicóloga concursada da Secretaria de Estado de Saúde Pública-SESPA, cedida para a Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA. É servidora concursada da Fundação Nacional de Saúde.

de Michel Foucault no Brasil. Pensar o arquivo como conjunto de histórias de vida e maneiras de contar as existências também tem uma dimensão antropológica e social que implica gerar efeitos de conversação com a Psicologia Social, Política, Institucional, Comunitária, Educacional e na Saúde Mental e Coletiva, pois, traz aspectos dos modos de andar a vida e de se relacionar, portanto, de subjetivar e gerir políticas públicas na problematização dos documentos que formam um arquivo. Os olhares de escalas analíticas genealógicas operam um deslocamento importante na pesquisa e na existências, pois fabricam subjetividades que resistem e se modulam pela relação com a memória e a história, em uma transvaloração dos valores, a partir de um plano ético, estético e político do saber local, insurgente, descontínuo e que produz saúde na perspectiva da utilidade da história para a vida.

Palavras-Chave: Genealogia; História; Psicologia; Arquivos; Michel Foucault.

ABSTRACT: This article aims to contribute to research and work with documental, historical and archive-based research that are practices, actions and ways of governing conduct. It is about bringing and presenting an analysis that makes possible the realization of a perspective of making history in favor of time and against time. In this regard, the uses of archives, especially in the confluence of knowledge in Psychology with History and Philosophy, can open fertile fields for studies that have not yet been carried out, especially in Psychology regarding the reception of Michel Foucault in Brazil. Thinking about the archive as a set of life stories and ways of telling existences also has an anthropological and social dimension that implies generating effects of conversation with Social, Political, Institutional, Community, Educational Psychology and Mental and Collective Health, as it brings aspects of the ways of going about life and relating, therefore, of subjectifying and managing public policies in the problematization of the documents that form an archive. The views of genealogical analytical scales operate an important shift in research and existences, as they manufacture subjectivities that resist and are modulated by the relationship with memory and history, in a transvaluation of values, from an ethical, aesthetic and political plane of the local, insurgent, discontinuous knowledge that produces health from the perspective of the usefulness of history for life.

Keywords: Genealogy; History; Psychology; Files; Michel Foucault.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende pensar uma prática de trabalho com arquivos em uma vertente histórico-genealógica de Michel Foucault, ao considerar aspectos da sociedade disciplinar e biopolítica. Ao problematizar genealógicamente a história, propomos realizar a cartografia de um pensar interrogante, questionador das evidências, constituído com espanto para estranhar o que parece ser natural e sem história. Portanto, realiza-se um exercício de problematização das práticas de arquivamento dos modos de gerir saberes, poderes e subjetividades.

Nesse plano metodológico de analisar a história, não se pretende contemplar um objeto supostamente natural que deveria ser descoberto como estivesse à espera de ser desvelado e

descrito com técnicas imparciais e generalizantes repetidas como método. Logo, não é possível replicar fórmulas e procedimentos com objetivos de universalização. Desta forma, a história genealógica não visa prescrever soluções, também não propõe fazer reverberar a verdade como profecia, muito menos, construir funções com fins utilitários. Para Foucault (1979, p. 17-18),

Se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há 'algo inteiramente diferente': não seu segredo sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas.

Nesse artigo, é importante pensar a história acontecimental como aquela que marca lacunas e desníveis discursivos por meio da descontinuidade do tempo enquanto devir. Esta tarefa só se torna possível quando saímos do historicismo e caminhamos por travessias sem origem e sem finalidade. Deste modo, enveredou para um percurso que colocou em xeque causalidades e linearidades.

Este movimento político da verdade por meio da história nos permitiu romper com reducionismos e mecanicismos na historiografia em que as lutas pelas memórias estiveram sustentadas por processos de singularização sem pretensão de totalidades globais, afinal, estudos históricos, para Foucault (1979) só poderiam ser efetivos quando produzissem uma analítica produtora de saberes locais.

No escopo genealógico do legado de Michel Foucault, tentamos tatear pistas sem com elas fazermos manuais. Nos interessou delinear um movimento da problematização das práticas de poder, subjetivação e de saberes, em arquivos que vazam, transbordam e transformam memórias afetivas, políticas, sociais, culturais e subjetivas como modos de vida.

Só há relevância em uma genealogia que nos possibilite gaguejar e inventar outros mundos, em uma aposta da existência que se abre às passagens do acaso. Afinal, a estética da existência demanda sairmos da procura do tempo como linha reta contínua, em progresso à noção de futuro como evolução. Por isso, o arquivo se atualiza quando é manejado e selecionado, transforma-se no artifício da artesanaria dos fazeres do cotidiano a ser tecido sempre sem ser finalizado totalmente.

De acordo com Foucault (1979, p. 16 e 19), “a genealogia (...) se opõe à pesquisa de origem (...), o genealogista necessita da história para conjurar a quimera de origem”. O tabuleiro de xadrez da história é efeito do acaso das forças e, não pode ser movimentado por uma intencionalidade ou razão instrumental de um sujeito do conhecimento. Uma chave importante de análise é demarcar o acaso dos acontecimentos que são práticas agenciadas em relações

arbitrárias. Tentar criar semelhanças e analogias que unam os acontecimentos em categorias universais é uma ilusão que nos faz cair em armadilhas idealistas.

A história efetiva é devir, violência de um jogo dos efeitos de forças agenciadas se apoderam dos saberes e bifurcam-se, entrecruzam-se no diagrama a ser cartografado em uma escrita da história.

GENEALOGIA EM MICHEL FOUCAULT E A PESQUISA COM DOCUMENTOS

Para fazer a genealogia, Foucault (1979; 2004) declarava que seus estudos históricos eram marcados pela minúcia analítica com documentos, no demorar-se no trabalho com arquivos. Buscou, para tanto, criar regras arqueológicas de problematização do discurso pensado como arquivo singular e raro, que não era pensado por semelhanças e identidades. Ao contrário, interessava a ele marcar as diferenças por meio do conceito de proveniência. Conforme Marton (2001, p. 203-4):

A genealogia nietzschiana é entendida como análise da proveniência e história das emergências. (...) A proveniência (*Herkunft*) não funda, não aponta para uma continuidade, não é uma categoria de semelhança (...). Perguntar-se pela proveniência de um indivíduo, de um sentimento ou de uma idéia, não é descobrir suas características genéricas para assimilá-lo a outros, nem mostrar que nele o passado ainda está vivo no presente, muito menos encontrar o que pôde fundá-lo, mas sim buscar suas marcas diferenciais, repertoriar desvios e acidentes de percurso, apontar heterogeneidades sob o que se imagina conforme a si mesmo. A emergência (*Entstehung*), por sua vez, não se confunde com o termo final de um processo, (...). No indagar sobre a emergência de um órgão ou de um costume, não se trata de explicá-los pelos antecedentes que os teriam tornado possíveis, mas de mostrar o ponto de seu surgimento; não cabe compreendê-los a partir dos fins a que se destinariam, mas detectar um certo estado de forças em que aparecem

Por isso, era relevante a ação de se contrapor à concepção de história-memória (FOUCAULT, 1989) bem como aos postulados de busca de origem e continuidade da mesma. Dessa maneira, a escrita genealógica implicava desmontar o monumento do arquivo, desfazendo as supostas evidências dos documentos estudados para voltar a história a favor e contra o tempo, simultaneamente, pois, para a genealogia era central o presente como diferença e não como um passado vivo em continuidade (FOUCAULT, 1979).

Por isso, é possível afirmar que, para Foucault (1999), a genealogia permite reintroduzir “o descontínuo em nosso próprio ser, que faça ressurgir o acontecimento no que ele tem de

único e agudo” (1979, p. 28) e, assim, criar um processo de dispersão das práticas discursivas e não discursivas. Portanto, produzia a insurreição dos saberes submetidos às colonialidades de tal modo que realizava cortes nos documentos como tivesse um bisturi em mãos. Ao tatear os arquivos, Foucault separava séries discursivas, as organizando por lugares institucionais, posições de sujeito, modalidades enunciativas e temas.

Deste modo, efetuava uma ruptura de qualquer tipo de relação determinista entre a palavra e as coisas, ao problematizar os regimes de verdade, em uma ética, estético e política (FOUCAULT, 1996). O trabalho com a genealogista seria um intervenção do demorar-se sobre os documentos e poder narrar o cotidiano, delimitando até mesmo o pareceria banal.

Cada arquivo e os documentos armazenados por este tinham histórias em guerra, memórias em disputa. Logo, fazer a genealogia era traçar a “constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais” (FOUCAULT, 1979, p. 171). Para analisar as batalhas e as forças que as moviam era fundamental fabricar a desdisciplinarização dos saberes, ativar os saberes locais e criar interrogações com os documentos de tal modo que a escrita da história ganhasse uma perspectiva problematizadora dos eventos como a matéria historiográfica.

Criar um inventário de perguntas aos documentos seria conceber as redes que agenciam os emaranhados acontecimentos presentes nos documentos para delimitar quais seriam as descontinuidades sobrepostas com o objetivo de as esmiuçar para descrever a multiplicidade dos estratos materializados nos arquivos. Fazer a genealogia, assim, era conectar a variação de tempos que estavam entrecruzados nas práticas raras que, em nenhum momento teriam qualquer síntese ou duração única (FOUCAULT, 2000).

Com efeito, analisar documentos é pensar as múltiplas objetivações que os fizeram funcionar em determinados regimes de verdade e os efeitos nas subjetividades por meio da história da produção dos modos de subjetivação. Cada documento é feito de práticas em que “o objeto, se explica pelo que foi o fazer em cada momento da história” (VEYNE, 1998, p. 257). Historicizar as objetivações seria compor séries diversas que se misturam e se embaralham, formando novas relações, atualizando-se, como “virtualidades sem rosto” (VEYNE, 1998, p. 268).

Há um campo de vizinhança entre as práticas que são correlatas e se movimentam em relações constantes que movem o tabuleiro dos dados e engendram sentidos outros. Há uma atualização dos acontecimentos que se diferenciam e são agenciados em novas relações

instituintes. Para estudar as práticas, Foucault propôs fazer um inventário das diferenças, desconstruindo as práticas cristalizadas.

A historicização dos documentos deveria ser realizada por meio do exercício dinâmico das relações de poder enquanto táticas e técnicas de uma escrita por meio de rupturas com as normas que transformavam os arquivos em monumentos a partir de um investimento incessante sobre os corpos fugidios, que insistiam em desobedecer, em romper com o instituído de uma determinada sociedade. Logo, analisar os arquivos era fazer circular saberes como efeitos de um conjunto de forças que se enfrentavam nas malhas das relações de poder.

A produção do discurso em nossa sociedade é indissociável de uma série de procedimentos de controle, de seleção, de organização e de redistribuição dos enunciados e dos sujeitos, procedimentos estes voltados para afastar os poderes e os perigos do discurso, para dominar seu aparecimento aleatório, para esquivar sua própria materialidade. (ALVAREZ, 1999, P. 74).;

Para analisar as relações entre saber-poder por meio da genealogia, Foucault (1979, p. 244) criou a noção de “dispositivo”, definida como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. As práticas discursivas eram descritas como conjuntos de enunciados com uma realidade material de lutas, processos de servidão e dominação, jogo de palavras composto de perigos e da tentativa de domesticação da multiplicidade em arquivos (FOUCAULT, 2004).

É possível destacar, segundo O’Brien (1995, p. 34), que os trabalhos de Foucault poderiam ser considerados “um modelo para a escrita da história da cultura”, pois as preocupações com os modos de agir no presente e como eles estavam em vias de ruptura com o estabelecido implicava em realizar uma transvaloração dos valores por meio da atitude crítica face às lógicas identitárias. Um segundo procedimento, seria a análise da emergência, em que nos preocuparíamos com os estados de forças que marcavam o aparecimento de um costume e de afetos articulados em dispositivos arquivísticos.

Assim, a genealogia seria uma história sem busca de raízes em uma identidade individual ou coletiva (MARTON, 2001). Portanto, não teria sentido buscar nos documentos-acontecimentos vestígios de culturas anteriores para costurar uma linha reta do tempo, apontando as continuidades de certas tradições ao longo da história, querendo rebater as multiplicidades que proliferam em categorias agrupadas por semelhanças.

Foucault (1999) contestava o postulado de um poder soberano-jurídico, que seria concebido negativamente, como repressão somente. Haveria uma positividade nas relações de

poder, uma produtividade e não, apenas, opressão. O poder seria investimento dos corpos, produziria saber e modos indivíduo de ser.

Foucault (1999) também interroga o postulado do poder enquanto propriedade de um grupo, por pessoas ou pelo Estado. Poder seria exercício e não posse. As resistências móveis às práticas de poder ocorreriam nas mesmas malhas onde se efetuavam as forças de controle. Não haveria uma centralização de poder em uma classe ou no Estado. Deste modo, de acordo com Foucault (1979), as relações de poder funcionariam, então, em um plano microfísico, nas relações cotidianas e não somente em uma dimensão macro da sociedade.

ARQUIVOS DA DISCIPLINA, DA BIOPOLÍTICA E DAS RESISTÊNCIAS

Por volta da segunda metade do século XVIII, as relações de poder seriam exercidas como uma outra dinâmica, deslocando-se das relações de soberania para o investimento dos corpos, com o objetivo de adestrá-los, torná-los úteis e dóceis. Porém, apesar das práticas de suplício sofrerem críticas e cederem lugar às disciplinares, ainda permaneceriam em cena. Esta mudança acontece, em parte, a partir da denúncia de reformadores humanistas de que os suplícios eram um espetáculo de ações violentas (FONSECA, 2003).

A disciplina emerge a partir das novas exigências do Capitalismo, pois tratava-se de produzir cada vez mais, em menos tempo (FONSECA, 2003). O poder disciplinar opera práticas de submissão dos corpos por de um sistema de anotação em arquivos de vigilância por inúmeras instituições pedagógicas, psicológicas, psiquiátricas, médicas, criminológicas que vão atuar como dispositivos de normalização social. Também podem ser analisadas as resistências ao poder disciplinar na fabricação de documentos na luta pelo discurso a partir de insurgências do regimes de escrita, dizibilidade e visibilidade (FOUCAULT, 1996).

O controle disciplinar em documentos ocorre também nos arquivos por meio da gestão do tempo, da regulação dos corpos no espaço e da avaliação nos exames. A produção dos casos em dossiês é administrada em uma política de observação, registro, exame, comparações, hierarquizações, classificações de normal e anormal e sanções normalizadoras (FOUCAULT, 1999).

A vigilância hierárquica opera através da observação contínua dos indivíduos e anotação dos dados em um exercício de escrita, de captura do cotidiano em discurso, em que os pequenos desvios que são registrados, as infâmias que passam a ser matéria discursiva, opera-se uma

compilação infinita das pequenas transgressões que permite que se faça uma história minúscula das desgraças, das mínimas desordens de certos grupos (FOUCAULT, 1999).

Imanente à observação, funciona a sanção normalizadora. Punir e recompensar os comportamentos a partir da contabilização destes por meio dos arquivos com fins de gestão dos julgamentos e decisão do sistema de punição a arbitrar (FOUCAULT, 1999). O exame é uma técnica que combina a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora (FOUCAULT, 1999).

Passamos a ser regulados(as) em relatórios e exames de inúmeras maneiras, tais como: por folhas de ponto; por filmadoras, distribuídas em todos os lugares em que transitamos; por satélites; por chips; por telefones fixos e celulares; pela internet; pelos nossos documentos; pelos nossos endereços residenciais e de trabalho; pela certidão de nascimento e de óbito; pelos censos; enfim, toda uma tecnologia política de controle no espaço (FOUCAULT, 1999).

As “Sociedades Disciplinares” são constituídas por um triângulo cujos vértices são o poder, o direito e a verdade, em que não há primazia de um sobre o outro (FOUCAULT, 1999). As técnicas disciplinares agem nos espaços lacunares das leis, operam onde o dispositivo penal não alcança. O campo de ação dos mecanismos disciplinares é o do controle social dos comportamentos sutis, dos pequenos desvios.

A sociedade da vigilância quer fundar seu direito sobre a ciência; isso torna possível a suavidade das penas, ou melhor, dos cuidados, das correções, mas estende seu poder de controle, de imposição da norma. Persegue-se o diferente” (FOUCAULT, 2003, p. 158). De acordo com Fonseca (2002), Foucault teria cartografado o surgimento de um direito normalizado e normalizador. As disciplinas entram nas lacunas das leis, através dos processos de regulação social, efetuados a partir das normas sociais. De acordo com Ewald (1993, p. 41),

“o regulamento interessa-se pelo que há de mais sutil na conduta ou no comportamento. Impõe gestos, atitudes, hábitos. Mede as distâncias que sanciona. Impõe o constrangimento contínuo e minucioso destas prescrições ao longo da existência. Normaliza e moraliza ao mesmo tempo”.

O direito não é uma substância ou uma essência eterna. O direito é efeito de práticas jurídicas, funcionando a partir de uma racionalidade, que é sempre particular e nunca universal. A lei enuncia proposições, pautadas em uma racionalidade atravessada e constituída pela história, em que práticas jurídicas determinam o que é direito e o que não é. Não há unidade no direito fora de um campo doutrinário que sustentaria o conjunto heterogêneo de práticas jurídicas que o compõe. “Todo o sistema jurídico está imerso na história; faz-se, desfazendo-

se. Convém, pois, examinar aquilo que faz com que as práticas jurídicas permaneçam de direito numa conjuntura histórica determinada.” (EWALD, 1993, p. 65).

O cotidiano de populações pobres passa a ser registrado nos dossiês de instituições de controle social por volta do século XVII. Os pequenos desvios foram capturados em discursos que dão visibilidade para existências anteriormente sem memória. Porém, trata-se de uma entrada na história através de uma memória infame e não de herói. Nos estudos dos modos de existência das populações desfavorecidas, Foucault (2003) assinala que as histórias de vida destas populações foram capturadas em discursos; através da composição dos dossiês, inúmeros relatórios, constando detalhes de acontecimentos considerados infames referentes aos grupos que recorriam aos órgãos de assistência ou aos que eram denunciados às instituições de correção e punição.

Trata-se de administrar os menores desvios frente aos modelos de referência, tomados como regras naturais a serem seguidas. E quanto mais cedo, melhor. É desse modo que a infância é capturada pelos dispositivos médicos e psicológicos. Nesta empreitada, nasce uma utilização crescente do manejo de táticas de poder para ordenar as multiplicidades.

Além das estratégias disciplinares que individualizam os corpos, Foucault (1988; 2002) cartografou outra tecnologia de poder, que ele denominou de biopolítica – governo da vida, governo das populações. Esta segunda tecnologia opera junto às disciplinares, no entanto, produzindo totalizações, ou seja, estabelecendo comparações dos indivíduos frente a um modelo de referência, distribuindo-os de acordo com a proximidade ou o afastamento destes modelos.

Essa outra tecnologia descrita por Foucault (1988) é a biopolítica que aparece por volta da metade do século XVIII, com a emergência do capitalismo e dos Estados modernos. Nesse momento, há um vertiginoso crescimento das cidades; concomitantemente, aparecem novas disciplinas, como a Estatística, a Demografia, a Economia e a Medicina social, a vida torna-se um valor, devendo ser gerida, ordenada, garantida, governada, administrada. Os corpos tornam-se alvos de intervenção contínua, sendo mergulhados em campos de visibilidade. E, para governá-los, é preciso, como diz Foucault (1979, p. 284).

“dispor as coisas, isto é, utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas. (...) a finalidade do governo está nas coisas que ele dirige, na intensificação dos processos que ele dirige e os instrumentos do governo, em vez de serem constituídos por leis, são táticas diversas”.

Entre essas táticas, poderíamos situar a emergência da Economia enquanto uma ciência do governo, uma disposição dos problemas através de um cálculo. Além da Economia, há a Estatística, estabelecendo medições de supostas regularidades presentes na população através de cálculos probabilísticos. Os deslocamentos da população produziram efeitos econômicos (FOUCAULT, 1979). Desta forma, para governar era preciso conhecer, coletar informações, gerar saberes sobre a população, tomar o homem como objeto através de disciplinas como as Ciências Humanas (DREYFUS & RABINOW, 1995).

O pastor exerce o poder sobre um rebanho, mais do que sobre uma terra. (...) O pastor reúne, guia e conduz seu rebanho. (...) O papel do pastor é o de assegurar a salvação de seu rebanho. (...) O poder pastoral supõe uma atenção individual a cada membro do rebanho. (...) Ele é levado a conhecer seu rebanho no conjunto, e em detalhe (FOUCAULT, 2003, p. 359-360).

Toda essa regulação utilitária da vida teve os seus dispositivos de atuação baseados em normas, em padrões. E é segundo normas prescritas por uma moral do dever ser que se fará o exercício do controle, da correção dos corpos, possibilitando classificações, comparações, avaliações. Ampliar os sistemas de proteção é a problemática da gestão técnica da vida, do biopoder. A idéia de vigiar e reformar em nome da saúde e da proteção está na base da biopolítica pautada nas normas e, conseqüentemente, nas anormalidades as quais gerenciam em processos de recuperação, reabilitação e ressocialização.

Foi a vida, muito mais do que o direito, que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através de afirmações de direito. O "direito" à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o "direito", acima de todas as opressões ou "alienações", de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser (FOUCAULT, 1988, p. 136).

Governar passou a ser sinônimo de gerir riscos, através do saber médico- psicológico, operando cálculos de probabilidades, formando banco de dados com as características da população separadas por uma série de variáveis consideradas importantes, a partir de um modelo prévio e com gráficos de comparação de índices demográficos: por gênero, por classe social, por raça, por faixa etária, por bairro, por cidade, por região e por país.

De acordo com Castel (1987), gerir riscos é, sobretudo, vigiar, prevenir por antecipação a ocorrência de um acontecimento. O que permitiria a classificação de certos grupos como estando “em risco” seria um processo de contabilização de fatores, de desvios dos corpos diante das normas estabelecidas socialmente.

A produção da categoria “em risco” seria o efeito de um entrecruzamento de práticas políticas, culturais, econômicas e sociais, sustentadas pelos saberes da medicina social, da

psiquiatria, da psicologia, da pedagogia, do direito, do serviço social, da informática, da estatística e da economia; que teriam como base um projeto de “defesa social” de caráter preventivo, como assinala Foucault (2002; 2003). Nos processos de gestão de risco, uma das tecnologias utilizadas para computar os fatores de risco foi o cálculo de probabilidades por meio da estatística inferencial.

Conforme Ewald (1993), a entrada da estatística nas ciências humanas através do cálculo probabilístico permitiu objetivar os acontecimentos como fatos em si, destituídos de história, onde o número faria sentido por si mesmo. Uma acumulação de fatos de ocorrência repetida de modo regular é o que contaria para a estatística.

“Os factos são ordenados por categorias. Possuem nomes: nascimento, morte, acidente, avaliação. Mas de acordo com um uso rigorosamente nominalista da categoria. Porque a categoria se encontra inteiramente dispersa nos factos que agrupa, nas pequenas unidades discretas que vêm dispor-se nela. (...) Uma categoria não designa nenhuma unidade explicativa, é um conjunto, uma coleção indefinidamente aberta de factos que nunca são idênticos a si próprios. Como um substantivo sem substância, uma exterioridade sem interioridade.” (EWALD, 1993, p. 92).

O quadro estatístico é baseado em uma média e em desvios-padrões da mesma e, ao ser aplicado no estudo das ações humanas, parte da ficção de um homem médio produzido em cada época, como efeito de uma objetivação da sociedade através do cálculo de probabilidades. Este cálculo é efeito de uma sociedade gerida para a promoção da segurança, computando os riscos que cada indivíduo representa para o outro. Portanto, a gestão do risco individualiza, mas a partir da uma individualidade média.

“Com efeito, é somente por sobre a extensão de uma população inteira que o risco se torna calculável. (...) A idéia de risco pressupõe que todos os indivíduos que compõem uma população possam ser afectados pelos mesmos males: somos todos factores de risco e todos estamos sujeitos ao risco.” (EWALD, 1993, p. 96).

A existência da norma traça e potencializa um processo de comunicação dentro de uma rede comum e de unificação de padrões. Deste modo, normalizar é instituir uma linguagem a partir de uma nova relação entre as palavras e as coisas. E não há instituição de normas sem um processo valorativo dos objetos, situado no tempo (EWALD, 1993). A antropóloga Mary Douglas (1991) ressalta a dimensão sócio-construtivista do objeto risco, que é desconsiderada na concepção técnica e cognitiva dos riscos. Ela aponta para as questões políticas e morais imanentes que atravessam os debates sobre risco, interrogando a pretensão dos especialistas em controlar a virtualidade em busca de níveis de segurança cada vez maiores. “Em si mesmo, nada é risco, não existe risco na realidade. Inversamente, tudo pode constituir um risco; tudo

depende da maneira como se analisa o perigo, como se considera o acontecimento” (EWALD, 1993, p. 89). Ele esclarece:

... A medida comum é uma realidade eminentemente política. É aquilo a partir do qual um grupo se institui como sociedade, aquilo que define os seus códigos, que a pacifica e lhe fornece os instrumentos da sua regulação. (...) Sendo da ordem técnica, as práticas da medida comum são susceptíveis de descrição positiva. Nelas vêm articular-se regimes de saber e dispositivos materiais. Entendida como um estudo das práticas da medida, à filosofia política caberia pensar como é que, através de que lutas e segundo que processos, técnicas de saber e de poder vêm a produzir algo como uma regra ou um conjunto de regras que hão de valer para uma sociedade dada e para um certo período da sua história, como código comum, princípio de federação e de associação.

Os riscos seriam avaliados e distribuídos por peritos, por uma burocracia centralizada a partir de pareceres de intelectuais, os peritos da norma. Mas o que efetivamente seria a norma? Como é produzida? Ewald (1993, p. 124) a define como uma medida, uma realidade política, uma regra que vale para toda uma sociedade como arquivo de governamentalidade da gerência da vida e do controle dos riscos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo trouxe uma discussão metodológica, mas não apenas, materializou um dispositivo de governamentalidade dos usos dos arquivos e da genealogia em Michel Foucault para gerir um campo de análise política da verdade na relação com a subjetividade contemporânea, nas dinâmicas de poder, saber e subjetivação por meio da história, psicologia e filosofia com o perspectivismo problematizador das práticas disciplinares, biopolíticas e de resistência na sociedade em termos de uma ontologia histórica de nós mesmos.

Concluindo, o que importa à genealogia é se colocar problemas, fazer perguntas e deslocar verdades, interrogar juízos e criar um trabalho de mapeamento da história política da verdade. Com efeito, abre-se um campo de estudos documentais por meio de uma perspectiva da história efetiva que só se materializa em uma relação de interpretação sobre interpretação infinitamente.

Gerir arquivos, contar histórias e operar com conceitos é produzir modos de ser, de agir, de pensar, de viver e de se relacionar. Portanto, os usos dos arquivos e até mesmo a produção destes implica em novos modos de conduzir condutas e governar corpos, em relações entre a verdade, a norma e a lei, no plano do poder, direito e a verdade com a fabricação da subjetividade. Deste modo, este texto pode ser uma caixa de ferramentas para pensar o presente

em uma dimensão ética, estética e política do trabalho com documentos na relação da história a favor e contra o tempo, ou seja, de uma história útil para a vida.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, M. C. Michel Foucault e a Sociologia. *Cadernos CERU*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, série 2, n. 13, 2002, p. 145-55.

_____. *Bacharéis, criminologistas e juristas*. Saber Jurídico e Nova Escola Penal no Brasil. São Paulo: Método, 2003.

CASTEL, R. *A gestão dos Riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

_____. *O Psicanalismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

_____. *A insegurança social*. O que é ser protegido? Petrópolis: Vozes, 2005.

DELEUZE, G. *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. In: DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. Lisboa: Edições 70, 1990.

DREYFUS, H. & RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

EWALD, F. *Foucault, a Norma e o Direito*. Lisboa: Vega, 1993.

FONSECA, M. A. da *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC, 2003.

FONSECA, M. A. da *Michel Foucault e o Direito*. São Paulo: Max Limonad, 2002.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

_____. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. *Em defesa da sociedade*. 3. ed. – Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. (1975) Entrevista sobre a prisão: o livro e o seu método. In: MOTTA, M. B. da (org.) *Estratégia, poder-saber*. Coleção Ditos e Escritos, IV. São Paulo: Forense Universitária, 2003.

_____. (1977) A vida dos homens infames. In: MOTTA, M. B. da (org.) *Estratégia, poder-saber*. (Coleção Ditos e Escritos, v. IV). São Paulo: Forense Universitária, 2003.

_____. (1975) A prisão vista por um filósofo francês. In: MOTTA, M. B. da (org.) *Estratégia, poder-saber*. (Coleção Ditos e Escritos, v. IV). São Paulo: Forense Universitária, 2003.

_____. (1984) O que são as luzes? In: MOTTA, M. B. da (org.) *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamentos*. (Coleção Ditos e Escritos, v. II). São Paulo: Forense Universitária, 2000.

_____. (1972) Retornar à História. In: MOTTA, M. B. da (org.) *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamentos*. (Coleção Ditos e Escritos, v. II). São Paulo: Forense Universitária, 2000.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. “A escrita de si”. IN: *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2004.

GUIVANT, J. S. “A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da Teoria Social”. *BIB: Revista Brasileira de Informação bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 46, 2º. Semestre, 1998, pp. 3-38.

MARTON, S. *Extravagâncias: ensaios sobre a filosofia de Nietzsche*. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial e UNIJUÍ, 2001.

ORTEGA, F. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

PASSETTI, E. et al *Violentados: crianças, adolescentes e Justiça*. São Paulo: Imaginário, 1999.

_____. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez, 2003.

PELBART, P. P. *A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: Iluminuras / FAPESP, 2000.

_____. *Vida Capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.